

País lucraria US\$ 4 bilhões

ARNOLFO DE
CARVALHO

Chefe de Reportagem

Fixar em constituição que o País pagará no máximo 3 por cento reais de juros da dívida externa, por ano, pode ser uma boa maneira de colir a transferência ao exterior de 5 por cento de toda a riqueza produzida pelos brasileiros — mas será também o caminho mais curto para o confronto com o sistema financeiro internacional (leia-se Estados Unidos), equivalendo a uma “moratória constitucional”.

O instituto das taxas flutuantes nos empréstimos internacionais pode ser acusado de principal responsável pela mais refinada forma de exploração imperialista dos ricos sobre os pobres. Por conta desta prática bancária,

o Brasil chegou a remeter anualmente aos banqueiros cerca de 14 bilhões de dólares por conta do serviço da dívida, quando a crise internacional jogou a **prime rate** americana para 20 por cento após os choques do petróleo.

Com a estabilização monetária do Ocidente, nos últimos dois anos, o custo do dinheiro caiu a quase um terço nos Estados Unidos, puxando naturalmente a taxa do **euromercado (Libor)**. Com isso, os acordos de renegociação da dívida externa conseguiram reduzir um pouco o custo do dinheiro para os devedores, enquanto o Brasil transfere a maior parte de sua dívida 44,2 bilhões de dólares para a taxa londrina (atualmente entre 5,5 e 6 por cento). Hoje somente 21 por cento da dívida de médio e longo prazo (ou

20,3 bilhões de dólares) estão atrelados à **prime rate** (agora em 7,5 por cento ao ano).

A grosso modo, o País deve estar pagando hoje algo entre 9 a 10 por cento de juros sobre a dívida externa, pois além da **prime** ou da **Libor** ainda se pagam taxas de risco (1,25 por cento nos novos contratos) e alguma comissão. Supondo 3 por cento de inflação anual nos EUA, estaríamos pagando uma taxa Real de juros da ordem de 6 a 7 por cento — considerada excessivamente alta em comparação com os níveis históricos de 3 por cento. Colocar este teto na Constituição não é difícil — o problema é fazer os credores aceitarem a perda de 4 bilhões de dólares por ano para o Brasil.